

## **INFORMAÇÃO Nº: 51/2016**

**PROCESSO Nº:** 6049/2015-e

**ÓRGÃO DE ORIGEM:** Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF

**ASSUNTO:** Licitação

**EMENTA:** Pregão Eletrônico por SRP nº 04/2015. Registro de Preços para eventual aquisição de material de salvamento em altura, conforme edital e anexos. Decisão nº 4244/15. Autorização de continuidade da licitação e determinação de abertura de processo administrativo pelo Tribunal. Apresentação de documentos pelo jurisdicionado. Pelo cumprimento da determinação e arquivamento dos autos.

Senhor Diretor,

Tratam os autos do exame formal do edital relativo ao Pregão Eletrônico por SRP nº 04/2015, lançado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, tendo por objeto a aquisição de material de salvamento em altura, conforme edital e anexos.

2. O Tribunal, na última assentada, baixou a Decisão nº 4244/2015 (S.O nº 4811, de 22/09/15), nos seguintes termos (*verbis*):

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento das informações apresentadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF no Processo nº 053.001.400/15; II – autorizar a continuidade do Pregão Eletrônico nº 04/15; III – determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, instaure processo administrativo para identificar possíveis responsáveis*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 2  
Proc.:  
6049/2015

Rubrica

*envolvidos, empresas e/ou funcionários públicos, na montagem e/ou combinação na formação dos preços da planilha de custos, tendo em conta as penalidades previstas no artigo 87, incisos III e IV, c/c o artigo 88, incisos II e III, ambos da Lei nº 8666/93, além de outras cabíveis, encaminhando o resultado à Corte (inciso III, alínea “b”, da Decisão nº 3.040/15); IV – ter por atendidas as demais determinações constantes da Decisão nº 3.040/15; V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.*

3. Com relação ao disposto no item III acima, o Tribunal apenas reiterou a determinação anterior no mesmo sentido, conforme item III, ‘b’, da Decisão nº 3040/15, para instauração de processo administrativo visando apurar os fatos e apontar os responsáveis pelas falhas na condução do Pregão Eletrônico por SRP nº 04/15, apontadas na Informação nº 107/15 (e-doc D1B7EAD9-e).

4. Nesse sentido, com o fito de atender o Tribunal, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF encaminhou à Corte os Ofícios nºs 592/2015-SELIC/DICOA, de 23/10/15 (e-doc 48B1F6B9-c) e 458/2015-CBMDF-GABCG, de 05/11/15 (e-doc 46A993D8-c) com as informações que entenderam pertinentes, relativas aos procedimentos afeitos ao certame em referência.

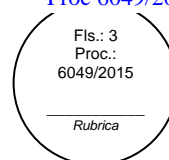
5. No primeiro expediente (Proc. nº 053.000.024/2015), o CBMDF noticia a adoção de providências a fim de dar cumprimento ao item III, ‘b’, do referido ato decisório. Nesse sentido, consta do Memorando nº 137/2015-CTROL/CBMDF, de 07/10/15 (fl. 736), publicado no item IX no Boletim Geral nº 186, de 01/10/15, que “... foram ultimadas as providências por parte desta Controladoria, no sentido de instaurar processo administrativo, a fim de apurar possíveis responsáveis na montagem ou combinação na formação dos preços da planilha de custos, conforme determinação proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, objeto da Decisão nº 4244/2015”.

6. No segundo expediente (Ofício nº 458/2015-CBMDF-GABCG, de 05/11/15), o CBMDF reafirma a instauração de procedimento administrativo, conforme item IX do Boletim Geral da Corporação, para apuração em 30 dias.

7. Desse modo, segundo consta, os fatos relativos as apurações foram registrados no Processo nº 053.001.829/2015 - CBMDF. Conforme publicado no Boletim Geral da corporação (nº 190), de 07/10/15, foram convocados a depor os militares Ten-Cel RÔMULO QUINHONES PIRES (mat. 1400035), Major RAFAEL



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



FERNANDES CONTI (mat. 1400207) e Cap. QOBM/Intd. IDALCI DE OLIVEIRA (mat. 1402753).

8. Após as inquirições, o presidente do Processo Administrativo apresentou Relatório (Proc.nº 053.001.829/2015), informando os fatos a seguir.

9. Inquirido se percebeu algum indício de irregularidade na composição dos preços da planilha confeccionada, cujos procedimentos foram registrados no Processo nº 053.000.024/2015, o Capitão IDALCI afirmou, de maneira geral, que na rotina habitual do setor não tinha como fazer uma avaliação comparativa dos percentuais praticados pelas empresas pesquisadas; que os valores se encontravam dentro do preço médio de mercado; que alguns sítios da internet eram consultados a fim de verificar disparidades e para dar celeridade aos valores indicados pelas empresas (fl. 14).

10. Ainda, perguntado ao Capitão se havia tido contato com o processo após o Tribunal estabelecer recomendações ao CBMDF em sua primeira decisão, respondeu negativamente, informando que nessa fase do processo estava frequentando curso regular da corporação, denominado CAO, e que esse fato nunca havia acontecido durante os sete anos de trabalho na área de compras do Comando Operacional, bem como, se alguma irregularidade ocorreu na confecção da planilha não percebeu e que não se vislumbrou situação de má-fé por parte das empresas (fls. 14/15).

11. Sobre os mesmos assuntos acima relatados, o Major CONTI e o Tenente Coronel RÔMULO relataram que não vislumbraram combinação de preços ou identificação de irregularidades entre as empresas citadas e que só tiveram conhecimento do problema após a chegada da segunda decisão do Tribunal (nº 3040/15) (fl. 15).

12. Informou-se no Relatório que os orçamentos foram adequados com o expurgo daqueles considerados de origem duvidosa pelo Tribunal. Mais adiante informou que *“Resta evidenciado que a Administração do CBMDF buscou a todo momento os mecanismos adequados a fim de minimizar os erros apontados pelo Tribunal de Contas, bem como, jamais deixou de providenciar as informações*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 4  
Proc.:  
6049/2015

Rubrica

*necessárias no sentido de afastar possíveis ilegalidades, ao contrário, vislumbra-se a todo momento a preocupação em demonstrar a lisura e a legalidade dos atos praticados no processo, em que pese ter siso demandado lapso temporal excessivo aos olhos do Tribunal de Contas do DF” (fls. 17/18).*

13. Na parte final do Relatório, o presidente do Processo Administrativo apresenta o seguinte (*verbis*):

**“DA CONCLUSÃO**

*Após análise do contexto e dos depoimentos vivenciado pelos militares diretamente envolvido com as Planilhas que nortearam a possível combinação de preço entre empresa, fica evidenciado que não houve ilicitude por parte dos agentes públicos, pois tomaram conhecimento explícito só após a avaliação realizada pelo TCDF na segunda decisão, e aí sim, de forma clara tomaram as providências que o caso inferia.*

*Nesse sentido, não se vislumbra prima facie, a prática de atos ilícitos praticados por funcionários públicos, na montagem e/ou combinação na formação dos preços da planilha de custos, conforme sinalizado pelo e. Tribunal de Contas, a contrário senso, observa-se que foram cuidadosamente verificadas as especificações técnicas dos materiais, segundo os modelos de qualidade exigidos, compreendendo inclusive as características esperadas em sua utilização de acordo com a Norma Regulamentadora nº 35 do TEM, tudo isso associado aos padrões de preços praticados no mercado, diante da carência de fornecedores especializados nesse tipo de material”.*

14. Logo adiante, arrematou (*verbis*):

*“Com essas considerações, apesar de não ter sido observado dolo por parte deste presidente, é de fundamental importância, que as equipes que trabalham nesta fase de confecção dos pedidos de compra passem a observar com maior propriedade as planilhas apresentadas e confeccionadas a fim de evitar situações como a vivida no contexto presente, evitando assim a instauração de procedimento administrativo apuratório, sem justa causa, o que seria dispendioso para a Administração e inócuo quanto a sua conclusão final frente aos argumentos aqui apresentados” (fls. 20/21).*

15. Em seguida os autos foram encaminhados à Controladoria do CBMDF que, em juízo de cognição sumária, entendeu por determinar o retorno dos autos ao Encarregado, a fim de que fosse procedida à notificação das empresas



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 5  
Proc.:  
6049/2015

Rubrica

envolvidas no certame, visando o cumprimento *in totum* da Decisão nº 3040/2015 do Tribunal (fls. 23/24).

16. Nesse sentido, foram encaminhados expedientes às empresas Brasimpex, Sossul e Resgate Online (fls. 26/28), questionando algumas situações acerca dos valores apresentados a título de pesquisa de preços (fl. 29). As respostas foram apresentadas pelas empresas Brasimpex e Sossul (fls. 30/39). Na Conclusão do Relatório de fls. 40/41, o presidente do Processo Administrativo entendeu o seguinte (*verbis*).

*“Após análise, verificou-se que as respostas apresentadas encontravam-se dentro de um contexto aceitável à administração. Todavia, a questão relacionada à metodologia de composição de preço trouxe um esclarecimento importante.*

*A empresa Brasimpex leva em consideração para a composição do preço referencial algumas variáveis como: margem de lucro, transporte, encargos, impostos e outros. Já a empresa Sossul, leva em conta, para a mesma questão, a comparação de preços. Isso pode ter influenciado o resultado visto através da planilha apresentada; uma proporcionalidade aparente.*

*Assim, caso a terceira empresa, a qual não se obteve resposta, tenha tido comportamento semelhante à Sossul no tocante a metodologia, surgiria uma possível explicação dos fatos que deram origem a este processo”. (...)*

17. No Memorando nº 165/2015-CTROL/CBMDF (fls. 4343/53), o Controlador do CBMDF, após analisar os fatos e tecer suas ponderações, concluiu o que segue (*verbis*): *“Desta feita, diante de uma acurada análise dos trabalhos desenvolvidos pelo Encarregado, em conjunto com as demais peças carreadas ao processo administrativo apuratório, não vislumbro, nesse momento, a prática de irregularidades cometidas por funcionários públicos ou empresas na montagem e/ou combinação na formação dos preços da planilha de custos referentes ao Pregão Eletrônico nº 04/2015, objeto da análise destes autos”.*

18. Logo em seguida apresentou as seguintes sugestões (*verbis*):

*“a) Que as Seções envolvidas diretamente na aquisição de materiais para a Corporação, atentem quanto aos prazos estipulados pelo Tribunal de Contas, a fim de evitar situações como a do presente processo.*

*b) Que as Seções envolvidas diretamente na aquisição de materiais para*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 6  
Proc.:  
6049/2015\_\_\_\_\_  
Rubrica

*a Corporação busquem mecanismos de pesquisa de preço a fim de evitar possíveis combinações e/ou ajustes em planilhas de valores.*

*c) Que os autos sejam inicialmente enviados ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, para conhecimento e manifestação daquela Colenda Corte de Contas”.*

19. Por fim, o Comandante-Geral encaminhou ao Tribunal o Ofício nº 025/2016 – ASJUR/Cmt.-Geral, de 26/01/2016 (fls. 56/57), com as conclusões retratadas nos parágrafos antecedentes.

20. Desse modo, em consonância com os procedimentos lançados no Processo Administrativo apuratório nº 053.001.829/2015 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, entende-se por considerar atendido o disposto no item III da Decisão nº 4244/2015.

21. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

I - tomar conhecimento dos procedimentos apuratórios lançados no Processo nº 053.001.829/2015, considerando atendido o item III da Decisão nº 4244/15;

II – autorizar o retorno dos presentes autos à Secretaria de Acompanhamento para fins de arquivamento.

À consideração superior.

Brasília/DF, 25 de fevereiro de 2016.

Marlon Sousa de Oliveira  
Auditor de Controle Externo

De acordo.

Em 25 de fevereiro de 2016.

Antonio Carlos Dantas de Oliveira  
Diretor